

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

Exigimos valorização do magistério: reajuste salarial já!

Professoras e professores liderados pela APEOESP estiveram na tarde de terça-feira, 27/2, na Assembleia Legislativa de São Paulo para acompanhar a anunciada votação do Projeto de Lei Complementar 1/2018 que institui os 7% de reajuste salarial à nossa categoria.

Entretanto, o legislativo adiou a votação para a semana

Encontro Estadual de Professores Readaptados

Diante da política do governo estadual de interromper arbitrariamente readaptações de professores doentes, obrigando-os a retornar às salas de aula e/ou até removê-los forçosamente, a APEOESP realizará nesta quarta-feira, 28/02, às 14 horas, um ato público exigindo respeito aos direitos destes professores.

A atividade acontecerá em frente ao Departamento de Perícias Médicas, na avenida Prefeito Passos, s/n, Glicério, Capital. Participe!

Março: mês de luta pelos direitos das mulheres

A Secretaria de Mulheres da APEOESP orienta as Subseções a organizarem atividades relacionadas ao Dia Internacional das Mulheres durante todo o mês de março. A Reunião de Representantes, que será realizada em 02 de março, deve também conter em sua pauta um debate sobre o impacto das reformas na vida da mulher, entre outros itens.

Durante o mês, sugerimos atividades como debates, oficinas, passeatas, saraus que retratem a importância das lutas pela garantia e ampliação de direitos, pelo fim da violência e em defesa da democracia.

que vem, em função de problemas na base do governo.

Embora insuficiente, é preciso que o reajuste de 7% seja aprovado e pago o mais rapidamente possível, pois nossos salários estão profundamente desgastados e sua base abaixo do piso salarial profissional nacional. Consideramos justa a extensão do índice a todo o funcionalismo e lutamos pela aprovação de emendas que estabeleçam a data base em janeiro, que instituem o reajuste mínimo anual no mesmo índice do reajuste do piso nacional e que apontem para a equiparação de nossos salários com a média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior, como determina a Meta 17 do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação.

Estamos em luta também pelo pagamento dos 10,15% que conquistamos na Justiça.

Não vamos desistir. Não aceitaremos mais um ano sem reajuste!

